

NÃO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS; AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A U

Comunicado final da conferência de Lomé A SEDE DA CEDEAO EM LAGOS

No final da conferência dos chefes de estado e de governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, realizada em 4 e 5 do corrente, em Lomé, à qual esteve presente o camarada Presidente Luiz Cabral, foi distribuído o seguinte comunicado:

COMUNICADO FINAL

«Os chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reuniram-se, em Lomé em 4 e 5 de Novembro de 1976, em primeira sessão ordinária, sob a presidência de Sua Excelência, general do Exército Gnassingbé Eyadéma, Presidente da República Togolesa e Presidente-Fundador do Reagrupamento do Povo Togolesses.

Assistiram a esta reunião: pela República Popular do Benin, S. Ex.º tenente-coronel Mathieu Kerekou, Presidente da República; República da Costa do Marfim, S. Ex.º Félix Houphouët-Boigny, Presidente da República; República da Gâmbia, S. Ex.º Assan Mousa Camará, vice-presidente da República; República do Ghana, S. Ex.º doutor K. A. Robert Gardiner, ministro da Planificação Económica; República da Guiné, S. Ex.º doutor Lansana Beavogui, primeiro-ministro; República da Guiné-Bissau, S. Ex.º Luiz Cabral, Presidente da República; República do Alto-Volta, S. Ex.º general El Hadj Aboubacar Sangoule

Lamizana, Presidente da República; República da Libéria, S. Ex.º doutor William R. Tolbert, Júnior, Presidente da República; República do Mali, S. Ex.º Founeke Keita, ministro das Finanças e do Comércio; República Islâmica da Mauritânia, S. Ex.º Moktar Ould Daddah, Presidente da República; República do Níger, S. Ex.º tenente-coronel Seyni Kountche, Chefe de Estado e Presidente do Conselho Supremo Militar; República Federal da Nigéria, S. Ex.º tenente-coronel Olusegun Obasanjo, chefe do Governo Militar Federal e Comandante em chefe das Forças Armadas Nigerianas; República do Senegal, S. Ex.º Léopold Sédar Senghor, Presidente da República; República da Serra Leoa, S. Ex.º doutor Siaka Stevens, Presidente da República; República Togolesa, S. Ex.º general do Exército, Gnassingbé Eyadéma, Presidente da República.

Após ter ouvido o relatório sobre os trabalhos do Conselho de Ministros, reunido, em Lomé, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 1976, examinaram e

adoptaram os cinco Protocolos que deviam ser anexos ao Tratado que instituiu a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

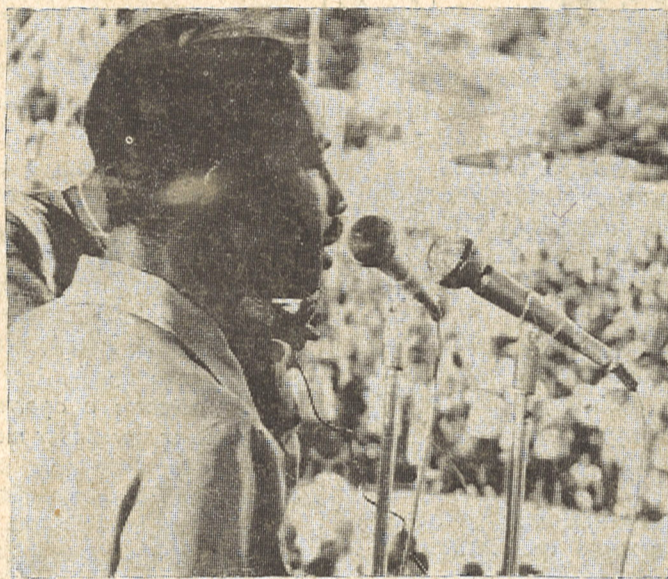
Trata-se na ocorrência dos seguintes Protocolos respeitantes:

1 — À avaliação das perdas das receitas registadas pelos estados-membros da CEDEAO; 2 — À definição da noção de produtos originários dos estados-membros da CEDEAO; 3 — À re-exportação no seio da CEDEAO das mercadorias importadas dos países do Terceiro Mundo; 4 — À contribuição dos estados-membros para o orçamento da CEDEAO; 5 — Ao Fundo de Cooperação, de Compensação e de Desenvolvimento da CEDEAO.

A conferência dos Chefes de Estado e de Governo decidiu fixar a sede da Comunidade em Lagos, na República Federal da Nigéria, e a do Fundo de Cooperação, de Compensação e de Desenvolvimento em Lomé, na República Togolesa.

Ela pediu, além disso, aos

(Continua na página 2)



ANO II DE ORGANIZAÇÃO: VÃO COMEÇAR AS AULAS

Um comício que reuniu estudantes, professores, funcionários, encarregados de educação e dirigentes, marcou na 2.ª feira à tarde, em Bissau, a abertura do novo ano lectivo em todo o País. As aulas do ensino secundário, no entanto, só começaram depois da chegada dos professores cooperantes.

Fidélis Cabral, do C.S.L. e Comissário da Justiça, representou o Governo no comício. Mário Cabral, Comissário da Educação, fez o balanço do ano lectivo findo. Anunciou que houve 65 por cento de aprovações, 15 por cento de reprovações e 20 por cento de desistências. «Temos que ver se, este ano, há um maior aproveitamento dos estudantes», disse Mário Cabral.

O «Ano II de Organização», em 1976-1977, terá três objectivos: mobilização das escolas do país em torno do Terceiro Congresso do PAIGC, organização da campanha nacional de alfabetização e racionalização, sistematização e ligação da escola ao trabalho produtivo. (Reportagem no próximo número).

PRESIDENTE LUIZ CABRAL VISITA R.D.A., EGÍPTO E MEDIO ORIENTE

O Presidente Luiz Cabral inicia hoje uma visita oficial à República Democrática Alemã, ao Egípto e outros países do Médio Oriente. Nesta sua deslocação o camarada Presidente é acompanhado por sua esposa, camarada Lucette Cabral e por uma importante delegação do Partido e do Estado. Dela fazem parte os membros do Comité Executivo do Partido, Umarú Djaló, chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Victor Saúde Maria, Comissário dos Negócios Estrangeiros, Carlos Correia, Comissário de Economia e Finanças e Abdulai Bari, Comandante Militar da Região de Bissau.

Também fazem parte da comitiva presidencial os camaradas do Conselho Supe-

rior de Luta, Filinto Vaz Martins, Comissário de Energia, Indústria e Hidráulica, Fidélis Cabral de Almada, Comissário de Justiça, Samba Lamine Mané, Comissário de Agricultura e Pecuária, além de vários ou-

tros representantes de diversos departamentos do Governo, da Presidência e do protocolo. Parte da delegação irá juntar-se à comitiva presidencial no Egípto, prosseguindo a sua visita ao Médio Oriente.



TELEGRAMA DE LUIZ CABRAL AO PRESIDENTE DOS E.U.A.

O camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado, enviou ao Presidente eleito dos Estados Unidos, Jimmy Carter, o seguinte telegrama:

«Por ocasião da eleição de V. Ex.º à mais alta magistratura dos Estados Unidos da América, tenho a honra e o prazer de lhe endereçar felicitações calorosas. A confiança e as esperanças que o grande povo americano acaba de depositar na pessoa de V. Ex.º, coincidindo com a comemoração do bi-centenário do nascimento dos Estados Unidos da América, nesta etapa

onde se operam grandes transformações nas relações entre as nações, permitam-me formular votos sinceros para que a sua acção possa contribuir para o reforço da paz, justiça e entendimento entre todos os povos do mundo. Ao reafirmar os nossos desejos de ver reforçar os laços de amizade entre os nossos povos, e a cooperação entre os nossos governos, tenho a honra de exprimir os meus votos de saúde e bem-estar para V. Ex.º, e de paz e prosperidade para o grande povo americano».

NÃO PINTCHA

Devido aos cortes no fornecimento de energia eléctrica, não foi possível a publicação do NÃO PINTCHA na sua habitual edição de terça-feira. Do facto, pedimos desculpas aos nossos leitores.

PRESIDENTES DOS COMITÉS DAS REGIÕES REUNIDOS EM BISSAU

Realizou-se na 2.ª feira, Sede da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, a sessão de abertura da reunião nacional dos presidentes dos Comités das Regiões e dos sectores do País. A sessão foi presidida pelo camarada Francisco Mendes, membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo de Luta do Partido e Comissário Principal. Estiveram presentes também o camarada Rui Barreto, Comissário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, e o camarada Juvêncio Gomes, Presidente da Câmara.

Participam nos trabalhos os camaradas Paulo Correia, Presidente do Comité de Estado da Região de Bissau, Braima Camará, Presidente da região de Bafatá, Lay Seck, da região de Gabú, Francisca Pereira, Bolama - Bijagós, António Borges, de Oio, Marcelino Moreira, de Tombali, Quinto Kabi N'áiana, de Bubaque, Braima Bangurá, de Cacheu, os presidentes dos sectores do país, e responsáveis de assuntos administrativos nas várias localidades do país.

Abriu a sessão o camarada Rui Barreto que falou em traços gerais do objectivo da reunião que é de todos os presidentes exporem os seus problemas e necessidades nas regiões e sectores, nível de serviços administrativos, que lhes estão confiados e de verem conjuntamente como é que esses problemas poderão ser resolvidos. Depois, o camarada Francisco Mendes falou da finalidade das reuniões que se seguirão, fê-lo notando aos presidentes dos Comités das regiões e sectores o seu verdadeiro papel nas áreas que lhes estão confiadas, para o desenvolvimento do nosso país.

Mensagem aos pais e professores

Camaradas: Não podem conseguir-se os verdadeiros objectivos da função educativa se não houver conjugação de esforços entre a família e a escola. Ambas devem trabalhar para o mesmo fim — a formação completa de um homem novo, sonho do imortal líder do PAIGC, camarada Amílcar Cabral, não só pela eliminação dos seus defeitos, como também pelo despertar ou pelo desenvolvimento de qualidade que dele poderão fazer um autêntico valor social.

A vida moderna, toda ela em movimento e acção, não permite muitas vezes com pesar para todos, que os encarregados de educação acompanhem devidamente os passos escolares das crianças a seu cargo e, desprezam-se, por isso, informações que só directores ou professores do estabelecimento do mesmo estão habilitados a dar. Tal falta tem, nítidas repercussões no aproveitamento e na formação dos alunos, pois nada pode substituir ou suprimir a vigiância e o interesse da família.

Pais, professores e comités de bairro têm de dar as mãos numa tarefa difícil mas vitoriosa que lhes é comum, e que, por ser tão nobre e tão valiosa, não admite abdições ou renúncias.

Os encarregados de educação não devem deixar de informar de qualquer doença ou defeito que notem nas crianças, pois essas indicações são, sem dúvida, valiosas para o trabalho do professor, cuja função não é só ensinar, mas corrigir e aperfeiçoar.

Se for assim, conseguiremos levar o nosso ensino a caminho do progresso, que dirigentes do nosso Partido e Estado sonham alcançar. Vamos p'ra frente e não poupem esforços para podermos construir uma sociedade nova e acabar com a ignorância, medo, diz que diz, boca cinho, e liquidar definitivamente a analfabetização no nosso país».

Trabalha, estuda e luta!

José António Gomes de Pina

Elogio aos "Lacaraes"

«Recentemente actuou na cidade de Bafatá o conjunto musical denominado Os Lacaraes. Dada a sua excelente actuação que julgo ter agradado a todos os presentes, dediquei aos seus componentes algumas palavras de incentivo, que transcrevo, com pedido de publicação no jornal **NÓ PINTCHA**.

Juventude, a vossa força aglutinante reside naquilo que estais realizando, naquilo que Cabral concebeu, idealizou e deixou prosperar. O vosso concerto musical, para além da sua amplitude numérica, o seu valor artístico traduz bem a génese da cultura africana. Vós sois o instrumento e o substrato da grande Pátria Africana pela qual Cabral lutou e deu a vida, transpondo a grande barreira do inimigo e fazendo com que a bandeira que vos legou — a do PAIGC — estivesse hoje em dia a flutuar por todos os recantos da Guiné e Cabo Verde, com repercussão musical.

César Augusto Alvarenga Pinto

José Araujo no Congresso do Partido Socialista Português

O Secretário da Organização do Partido camarada José Araújo, regressou no sábado passado ao país, procedente de Portugal, onde assistiu à reunião do Segundo Congresso do Partido Socialista Português. Durante a sua estadia em Lisboa assinou dois acordos de cooperação entre Portugal e Cabo Verde, sobre saúde e formação de quadros. José Tomás Veiga, da Comissão Nacional do PAIGC em Cabo Verde e Júlio Semedo, embaixador da Guiné-Bissau em Portugal, integraram a delegação.

O camarada José Araújo entrevistou durante o Congresso para focar os nossos problemas actuais e em especial, reafirmar a nossa posição, tanto em relação a Portugal, como em relação a qualquer outro país, «com um total empenhamento nos princípios de não-alinhamento».

«A nossa participação no congresso foi útil, na medida em que foram discutidos os problemas políticos actuais existentes em Portugal. É um país cuja evolução dos acontecimentos nos interessa seguir. Nesta medida, tivemos a oportunidade de compreender melhor certos problemas do quadro político português».

«Devemos lembrar que o início do fim da guerra colonial portuguesa em África começou num encontro

em Dakar, em 1974, entre o nosso Secretário-Geral, camarada Aristides Pereira, e o Secretário Geral do Partido Socialista Português, Mário Soares. Ele manifestou, em nome do Governo Português, o desejo de Portugal pôr termo à guerra e de encontrar, pela via de negociações, uma solução dos problemas».

«A nossa intervenção teve um certo eco na imprensa portuguesa. Posteriormente, nos contactos efectuados a nível oficial, verificamos que a nossa posição, hoje, é bem compreendida em Portugal e que o prestígio do nosso Partido e dos nossos Governos, da Guiné-Bissau e Cabo Verde é grande, o que favorece naturalmente, o desenvolvimento das nossas relações entre os três países».

Em Lisboa, o dirigente da delegação do nosso Partido ao Congresso do Partido Socialista, contactou com as representações dos movimentos das antigas colónias portuguesas, com a Frente Nacional de Libertação da Argélia, Frente de Libertação Árabe da Líbia, além dos representantes da União Progressista Senegalesa e dos partidos socialistas e social-democratas da Europa.

José Araújo também manteve contactos com o antigo primeiro ministro sueco, o secretário-geral do Partido Social-Democrático da Suécia, Olof Palme, a quem reiterou o convite feito pelo Presidente Luiz Cabral, quando esteve naquele país, para que visite a Guiné-Bissau.

Nos encontros entre o camarada José Araújo e o

Ministro dos Negócios Estrangeiros português foram discutidos as relações entre Guiné-Bissau, Cabo Verde e Portugal. Culminaram com a assinatura dos dois acordos de cooperação, entre Cabo Verde e Portugal. O camarada Araújo avistou-se, igualmente, com o secretário de Estado das Pescas para estudar possibilidades de cooperação nesse sector. Decidiu-se a vinda de uma comissão de estudo, em Janeiro próximo, para a discussão desse problema.

O camarada José Araújo encontrou-se em Portugal com o camarada Sérgio Viarigues, do Comité Central do Partido Comunista Português, tendo debatido diversas questões relativas à cooperação fraternal entre o PAIGC e o PCP.

Ainda em Lisboa, o representante do P.A.I.G.C. no Congresso encontrou-se com estudantes guineenses e caboverdianos durante uma reunião com a direcção da Associação de Guineenses e Caboverdianos.

FESTA NACIONAL DA URSS

Por ocasião do 59.º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro a Embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ofereceu na segunda-feira uma recepção no salão Amílcar Cabral na Associação Comercial, Industrial e Agrícola em Bissau. Presentes, encontravam-se os camaradas Constantino Teixeira, Comissário de Estado da Segurança e Ordem Pública, Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação e Cultura, Rui Barreto, Comissário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, e Juvêncio Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Bissau, além do embaixador da URSS no nosso país, e de numerosos convidados.

Na recepção começou por falar o camarada embaixador que salientou a importância da Revolução Socialista de Outubro para os povos que lutam pela sua independência e para a própria União Soviética. Salientou mais uma vez a luta comum que os povos da Guiné-Bissau e União Soviética travam contra o co-

lonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo e a solidariedade existente entre os nossos povos, partidos e governos. O camarada Constantino Teixeira agradeceu ao embaixador falando também do apoio que o povo soviético e o Partido Comunista Soviético sempre deram à nossa luta, desde os tempos da guerra de libertação.

Comunicado final da conferência de Lomé

(Continuação da 1.ª página) países seguintes para proporem os candidatos para os postos:

Secretariado Executivo: Costa do Marfim e Director-Geral do Fundo: Libéria.

A conferência anotou com interesse a proposta feita para instituir entre os países membros da CEDEAO um pacto colectivo de não-recorso à força para resolver os diferendos que possam existir entre eles.

No final dos trabalhos,

os Chefes de Estado e de Governo assinaram solenemente os Protocolos anexos ao Tratado.

Felicitaram-se pelo espírito de cooperação e de amizade que presidiu aos seus debates.

Agradeceram ao Povo togolês, ao seu Governo e ao Presidente da República Togolesa, general do Exército, Gnassingbé Eyadema, pelo acolhimento caloroso e fraternal que lhes foi reservado durante a sua permanência em Lomé».

RESPONDE O POVO

Mao de obra para o campo — 3

Bissau tinha 100 mil habitantes em 1974, no fim da luta armada de libertação nacional. A capital teve um crescimento demográfico acelerado motivado pelas circunstâncias da guerra. O êxodo rural, até certo ponto, foi incentivado pelos tugas que encontraram, na migração, uma possibilidade de cercar as guarnições com população civil para proteger os seus quartéis dos possíveis ataques do PAIGC. E os habitantes do interior vieram para a maior cidade do país. Construíram casas precárias, ficaram desempregados. Uma das primeiras preocupações do Partido, ao assumir o Governo, foi incentivar a volta da população para as suas regiões de origem. Uma pequena percentagem da população regressou. Mas já passaram dois anos e os desempregados continuam em Bissau, envolvidos no

quotidiano da cidade grande. Porque? Três desempregados falam sobre o assunto.

Francisco Soares, 27 anos: «Há mais de três meses tento arranjar emprego mas ainda não consegui nada. Mas não pensei em ir para o interior em busca de qualquer emprego ou mesmo trabalhar na agricultura. Se houvesse alguma possibilidade, talvez eu fosse. Apesar de nunca ter trabalhado na lavoura».

Paulo Cá, 32 anos: «Estou desempregado há mais de seis meses, trabalhava como pedreiro. Tenho aguentado a família com o dinheiro do último salário. Também já fiz lavoura em Cuntum mas não chegou nem para a família comer. Gostaria de ir trabalhar em qualquer lugar mas não tenho as mínimas possi-

bilidades. Nem para pagar o transporte».

Aliu Embaló, 31 anos: «Sou mecânico bate-chapas e trabalhava no Serviço de Material. Desde Dezembro do ano passado o trabalho foi paralisado à espera de novas ordens. Mas não nos chamaram mais. Fui trabalhar na lavoura durante o tempo da chuva, em Badora, região de Bamberina, onde o meu pai

tem uma horta de cola e banana. Aquilo estava abandonado desde o tempo da guerra, por isso o rendimento não é muito. Mas dá para sustentar a família e os meus pais. O problema maior é que lá não há escola para os meus filhos, tive que voltar a Bissau. Se conseguisse um lugar para eles ficarem, voltaria para a lavoura. Lá ao menos, a vida é mais barata».

POS-ALFABETIZAÇÃO: DIPLOMA EM

Terceira reunião da Comissão Nacional de Alfabetização, 11 de Novembro de 1976. Um dos pontos mais importantes do encontro: discutir a problemática do diploma para pos-alfabetizados. Um assunto amplo, complexo, que não poderia ser esgotado rapidamente. Nem depois de todos falarem. E Mário Cabral deu a sua opinião, o Comissário Principal falou. Paulo Freire sugeriu, os alfabetizadores comentaram. Nada ficou resolvido, mas algumas coisas foram clarificadas. O significado político do diploma foi analisado na perspectiva da nova sociedade que se pretende criar na Guiné-Bissau.

1. Mario Cabral Comissario da Educação

«A questão do diploma ou não, no fundo, é um falso problema. É uma preocupação que só se tem devido à estrutura velha que ainda permanece na nossa sociedade, que ainda não se transformou de forma global. É uma situação que teremos que enfrentar e por isso precisamos nos preocupar com ela. Então, vamos de frente para o inimigo. Enfrentar a própria sociedade velha que nós herdamos. Pouco a pouco vamos pensar nessa questão profundamente para fazer propostas de soluções transitórias, que serão modificadas de acordo com a evolução da nossa sociedade.»

O problema principal relaciona-se directamente com a transformação da sociedade. Podemos propor o melhor sistema de ensino que isso nem sequer fazer cócegas no nosso sistema social, se todo o processo da sociedade não estiver em transformação. Portanto, é necessário coordenar cada vez mais a nossa acção para que os membros do Partido, do Governo, estejam informados também sobre o que tentamos fazer no domínio da alfabetização, no domínio da educação.

A alfabetização é a continuação da nossa luta, mas de uma luta numa situação diferente, de reconstrução nacional. E para fazer, de facto, a reconstrução nacional, é preciso ampliar as nossas forças, aumentando o poder das forças produtivas do país. Para isso é necessário alfabetizar, elevar o nível de instrução do nosso povo. Tudo isso pode ser feito por duas vias. Por via formal, através da escola, que demora quatro anos só no ensino primário, ou por intermédio da alfabetização, que é um processo muito mais rápido, ligado à própria actividade, aos conhecimentos que o alfabetizando já possui.»

«O DIPLOMA É QUASE UM DEUS»

«Pensamos que a alfabetização deve ter objectivos bem claros. Quando alfabetizamos, procuramos aumentar nossas forças. E essa tarefa deve estar ligada ao desenvolvimento da sociedade, à própria transformação sócio-económica que o país manifesta. Esses factores exigirão, cada vez mais, que os nacionais possuam um nível mais elevado de instrução.»

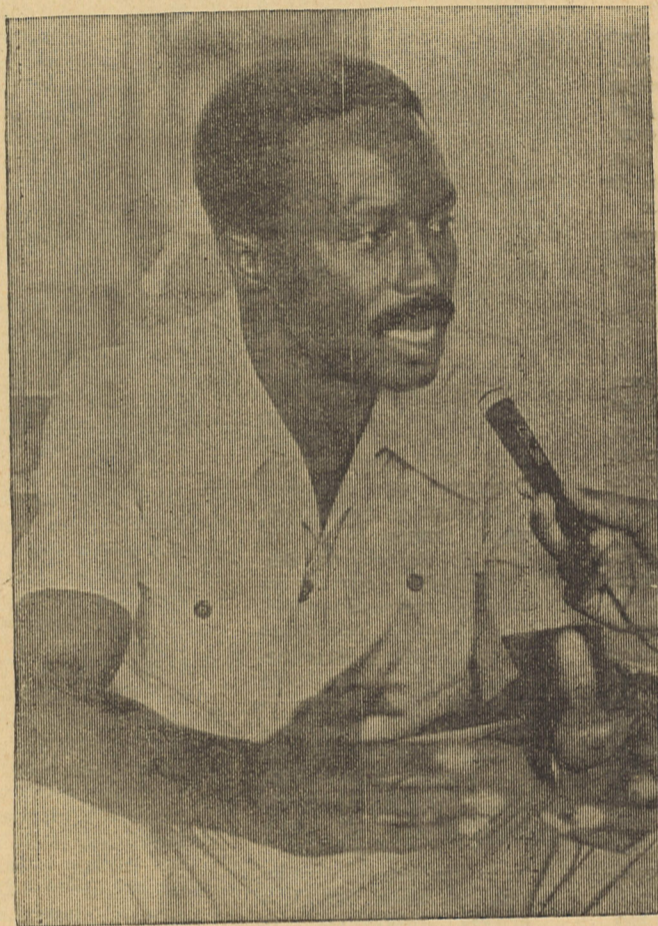
Então, surge o problema: como contribuiremos para esse aumento de poder? De uma forma organizada ou desorganizada? Através da atribuição de um diploma ou não? E isso será coor-

denado no Comissariado da Educação, no Comissariado das FARP, como vamos fazer isso? A nossa sociedade vai exigir um diploma de cada cidadão para comprovar que ele sabe ou vai aceitá-lo independentemente do diploma que tem? Toda essa problemática, analisada atentamente, nos trará novos elementos para discussão. Perceberemos que a questão do diploma vai chocar com a própria estrutura da sociedade.

As sociedades que conhecemos, geralmente de classes, têm uma consideração especial pelo diploma. O diploma é quase um Deus. Quem o possui entra onde quer. Os que não possuem diploma, por mais que saibam, não têm possibilidades de avançar. Será isso que nós queremos na nossa terra? Não! É uma questão que se levanta e à qual teremos que responder. Diploma ou não, é um problema que não está isolado. Depende da forma como será estabelecido o sistema de transformação da nossa sociedade.

A sociedade não poderá ser transformada de um golpe só. As mudanças não se efectuam com varinhas de condão. Começam a partir de uma transformação gradual de todo o sistema. Daí a nossa preocupação, integrada num novo projecto de ensino, de discutir e coordenar o ensino formal e não formal. Penso

Muitas dúvidas permaneceram. É correcto ou não atribuir diplomas às pessoas que concluem a pós-alfabetização? Qual seria a equivalência desse? Comprovante? E de que forma tudo isso seria integrado num sistema de ensino que pretende alfabetizar a população para que ela produza, aprendendo a produzir melhor? As perguntas não foram respondidas. Mas alguns aspectos novos surgiram no debate. Por isso *NÔ PINTCHA* publica. Para divulgar três depoimentos sobre a questão do diploma no país.



Mário Cabral: «No fundo, um falso problema»

que a definição de objectivos tem que ser a mesma. Isso, porém, já dizíamos na nossa primeira reunião. Agora é preciso ver como isso se procede na prática. Como faremos isso?

Vamos dar diploma a todas as pessoas que passem por um processo de alfabetização? Mas esse documento corresponderá a quem em relação ao ensino formal? À segunda, terceira, quarta classe? Isso envolve várias questões no âmbito do ensino formal e não formal.

A pós-alfabetização é um processo longo além da alfabetização. Na discussão que tivemos com a Comissão, achamos que poderíamos defini-la como a fase que vai desde a alfabetização até o momento em que o alfabetizando atinge o nível do ensino básico. No nosso país, pensamos que esse nível deverá ser as seis primeiras classes. Então, vamos fazer isso. A alfabetização e pós-alfabetização ficarão ao nível do ensino básico e daremos diplomas. Mas quem dará? Como poderá ser dado?

«POR QUE ESTOU A ALFABETIZAR-ME?»

Estou a abordar alguns problemas para os quais

não tenho solução. Gostaria que os camaradas da alfabetização dissessem alguma coisa sobre tudo isso. Porque nós estamos a alfabetizar e as pessoas têm que estar motivadas. E o problema do diploma também deve ser visto nesse aspecto, como factor de estímulo. Deveremos estudar esses aspectos para poder tomar uma decisão.

Por que estou a alfabetizar-me? Essa é uma pergunta que todas as pessoas põem. Não apenas quando entram para a escola mas, particularmente, num processo de alfabetização, sobretudo ligado aos adultos. E se a pessoa não cumpre os objectivos que pretende atingir depois dessa fase de alfabetização, desmobiliza-se. Haverá uma desmobilização e, talvez, nós não possamos atingir o que queremos.

Para nós, alfabetizar é contribuir para um aumento da força produtiva nacional: produzir para aprender a produzir melhor. Esse é o nosso objectivo. Mas é preciso que isso fique bem claro para que a pessoa, quando terminar esse processo, saiba que vai integrar-se no seu trabalho



Francisco Mendes: «É preciso dar um estímulo»



Paulo Freire: «Eliminar o carácter elitista do diploma»

com uma força ainda maior. Porque se pensar que incluindo a pós-alfabetização poderá ir para o ciclo preparatório ou para o liceu, se isso não acontecer, fica desmobilizada.

Não queremos impedir que as pessoas continuem os estudos. Existem problemas reais. Neste momento nem temos escolas suficientes para toda a gente que está no ensino formal. Onde poderemos levar os camaradas que estão sendo alfabetizados? É outra questão na qual deveremos pensar. Se os diplomas tiverem essa equivalência teremos que enfrentar problemas desses, de limitar cada vez mais as matrículas. Por isso, há necessidade de ligar a alfabetização com a produção, com os locais de trabalho, com o sindicato para melhorar a qualificação das forças produtivas.

Claro que não vamos barrar o caminho às pessoas que passam por um processo de alfabetização. Admitimos que vamos criar por exemplo, como em Cuba, as faculdades operárias. Isso é outro esquema. Depende das possibilidades do nosso Estado em organizar esses

cursos que, normalmente, serão noturnos. As pessoas que os vão frequentar, obrigatoriamente, serão trabalhadores. É um curso que já estamos a analisar as condições para instalar cursos nocturnos que sejam totalmente independentes do currículo do ensino que atinge os jovens na idade normal.»

SUGESTÃO: CARTA DO PRESIDENTE

«Vamos ligar a alfabetização cada vez mais às actividades de produção, eliminando cada vez mais o carácter de curso de cultura, o trabalhador, a saúde. É preciso que ele deve aumentar seus conhecimentos para poder produzir melhor, que actualmente tem falta de qualificação. Temos que desenvolver os sentidos, com que o nosso objectivo fique cada vez mais claro. O funcionamento de cada vez mais uma folha, gasta de e às vezes não fica tão claro como seria desejável. O alfabetizador tem influência muito grande na conscientização das pessoas na definição clara do

DEBATE. TRÊS DEPOIMENTOS

2. Francisco Mendes, Comissario Principal.

«De um modo geral estou de acordo que sejam atribuídos diplomas aos camaradas que passarem por um processo rápido de alfabetização. É necessário discutir qual o nível que se deve dar a um alfabetizado em comparação com o nível normal de ensino na nossa escola. Defendo essa opinião porque penso que devemos dar um estímulo a todos que tiverem coragem para fazer um sacrifício e passar por todas essas fases para aumentar o seu nível de conhecimento.

Nesta parte, estou de acordo com o camarada Mário Cabral. É preciso estudar profundamente, o método da nossa alfabetização, os seus objectivos. Vamos alfabetizar para, cinco ou seis anos depois, as pessoas se desligarem da sua actividade prática, das suas tarefas quotidianas, das suas tabancas, para virem até à praça procurar melhor emprego, uma vida melhor projectada, sabendo ler e escrever? Penso que essa não é a finalidade da nossa política, que não é esse o objectivo da alfabetização.

Como disse Mário Cabral: alfabetizar as pessoas, mas motivá-las para continuarem ligadas ao seu terreno, para tirarem melhores rendimentos. Essa é a política

que devemos adoptar, é a política que deve ter a brigada da alfabetização para conseguir enfrentar esse tipo de problemas ideológicos que podem surgir na mentalidade de um ou outro alfabetizando.

Em geral, como sabemos, os indivíduos que aprendem a ler têm tendência para ir buscar uma vida melhor nas cidades e nas vilas. É um cancro que temos aqui em África. Por isso, tentaremos curá-lo lentamente, a pouco e pouco. Já iniciamos até um trabalho nesse aspecto. No sentido de encorajar as pessoas a voltarem ao seu terreno, para as suas antigas tabancas. E valorizá-las os produtos agrícolas. Creio que isso contribuiu bastante para

a melhoria das condições da vida dos agricultores».

UM EXEMPLO CONCRETO

«Também, temos muitas dificuldades para pôr essa política em prática. Posso citar um exemplo concreto: ultimamente o nosso Governo não podia mais pagar aos trabalhadores dos antigos estaleiros navais. Os estaleiros fora construídos por causa da guerra, nós pagamos essas pessoas, 60 mais ou menos, durante um ano e tal, sem produzirem quase 80 por cento do seu rendimento. Quando percebemos que era impossível continuar, decidimos mobilizar essas pessoas para cooperativas de trabalho. O Governo propôs-se a ajudar os que quizessem voltar para as suas antigas tabancas pagando mais um mês de vencimento para enfrentarem a nova situação.

Houve gente que não quis. Que pretendeu ficar em Bissau. Desempregada mas em Bissau. Por isso, precisamos ter um

sentido político. Alfabetizar, mas ligado ao terreno. Não ensinar as pessoas a ler e escrever para depois irem para a cidade procurar uma vida diferente. Saber ler e escrever para aprender a produzir melhor, para poder conhecer quanto tempo dura uma semente no chão, em que tempo se pode colher arroz.

O camarada Mário Cabral defendeu a tese que é de todos nós. Definiu o objectivo claro da alfabetização: ensinar a ler e escrever para aumentar o conhecimento do povo, para aprofundar as suas experiências. Alfabetizar no sentido de deixar os habitantes das tabancas ligados à sua realidade.

Retorno mais uma vez ao problema dos diplomas. Há uma questão que acho importante e deve ser discutida. A questão da equivalência. Que equivalência se deve dar o diploma? Penso que é o Comissariado da Educação que deve atribuir um diploma para alfabetizados. Não sei. Digo, francamente, que ainda não tenho uma

ideia clara dos prós e dos contras, mas essa é a primeira ideia que me surge. Acredito que devemos dar um estímulo qualquer. Alguma coisa para que o alfabetizado sinta que, de facto passou uma prova.

De certeza, nem em todas as tabancas haverá gente disposta a ver ensinar os meninos: a, b, c, d, todos os dias. Aquelas que vencerem todos os seus hábitos e tudo o mais para conseguirem ler, para adquirirem mais conhecimento, precisam de um estímulo. É necessário mostrar que foram diferentes dos outros que não tiveram paciência de continuar. Que não venceram a canseira para chegarem ali e aprenderem este a, este b. Acho que isso deve ser estudado por vocês. Certamente vamos apoiar as nossas decisões porque terão grande importância para nós. Não podemos pensar em fazer nada nesta terra antes de alfabetizar. Um país com 96 por cento de analfabetos é um país que não pode pensar em grandes investimentos».

3. Paulo Freire, pedagogo brasileiro

«Para mim o problema do diploma só pode ser analisado a partir de uma base concreta. Qual o papel que ele tem, que ele joga. É uma evidência disso. Ele é levado a jogar um determinado papel em função de uma prática social que caracteriza uma certa sociedade, que tem um certo objectivo. Numa sociedade de classes, burguesa, capitalista, isso aparece de uma forma. Em lugar de ser um documento que constata um certo nível de conhecimento é, sobretudo, um instrumento de promoção social. No fundo, um instrumento de promoção de classes».

Na nossa realidade isso tem que ser diferente. É isso que se coloca aqui. Na Guiné, Bissau e Cabo Verde, o diploma tem que passar a ser cada vez mais uma constatação de conhecimento e não um amuleto para usar e dar um salto individual. Esse aspecto tem que ver com os próprios objectivos da sociedade que se pretende criar, porque isso não se transforma por decreto. Quer dizer, não é possível da noite para o dia criar a sociedade que se pretende criar, porque isso só se obtém na superação da velha estrutura.

E a velha, até ser superada, leva muito tempo marcando a constituição da nova ou a criação da nova. Principalmente deixa vestígios ideológicos. Entre eles, a busca do diploma. Isso é uma constatação social. Não é que alguém diga bai-

xinho no ouvido do outro: olha, é bom ter um diploma. Há um problema anterior ao diploma, por exemplo, dos critérios de admissão para ganhar o diploma. Quais são esses critérios?

Nós, do IDAC, estamos muito contentes com a exposição do Camarada Mário Cabral. Numa reunião, ele fez uma exposição muito lúcida sobre os objectivos que as equipas estão buscando concretizar no Comissariado da Educação, não para reformar a educação colonial herdada, mas para transformá-la radicalmente. Deixou claro que não seria um passe de mágica, que com um certo optimismo, pensa numa transição de seis anos. Isso agradou-nos. Não acreditamos em preces ingénuas. Achamos que a paciência é um paciente, é uma virtude revolucionária. É preciso transformar

primeiro o sistema formal da educação, de carácter elitista, no qual o diploma tem o papel de promoção social. Antes disso porém, surge uma situação concreta que é meio injusta. É como se disséssemos o seguinte: olha camarada, você tenha paciência. Você já acabou a alfabetização, já acabou a pós-alfabetização, mas eu não vou lhe dar nenhum diploma de equivalência ao sexto, sétimo, oitavo ou nono ano. Você há de compreender. Você deve estar engajado na produção. E ele, então diz: mas camarada, e aqueles jovens que moram em Bissau e que entram no liceu e fazem a primeira, segunda, terceira, nona? O que é que eles têm nesse diploma com o qual podem trabalhar na burocracia do Estado e eu não posso?

Entendem? Aí surge o problema de fundo. Não pode ser resolvido de noite para o dia, mas é preciso pensar nisso desde agora como está sendo pensado. Só quando avançarmos na constituição de uma sociedade de trabalhadores, em que todos estejam engajados na produção do país, apenas em diferentes escalões da produção e de responsabilidade, poderemos abolir os

privilégios do diploma. Então, desaparece o problema do diploma como uma aspiração quase demoníaca, quase diabólica.

Nesse momento saberei que não existe mais essa discriminação. Se o país necessita de mim e se eu tenho condições para assumir as necessidades do país, mesmo que eu não tenha feito o liceu, mas se eu demonstrar pela minha prática que sou capaz de assumir um posto qualquer dentro da burocracia, não há porque, ficar ansioso com o diploma. Estarei também ao serviço da produção sem essa angústia para entrar no liceu e ganhar um diploma.

Com relação a isso, voltaria a enfatizar que concordo com a sugestão dada por um camarada da equipe de alfabetização, para que o diploma seja no sentido da constatação de um certo nível de conhecimento que foi adquirido por uma prática social. Colectiva, de grupo. Não individual. Na medida em que se faça isso, na primeira fase da alfabetização, é um testemunho de que se pode pensar num novo sistema de avaliação de conhecimento.

De ordem colectiva e não individual.

Aqui, juntaria uma sugestão. Que a comissão pensasse em propor ao camarada Luiz Cabral tipos de cartas em que ele levasse o seu agradecimento em nome do povo para aquele esforço feito ao nível da alfabetização ou da pós-alfabetização. Pelo grupo a ou b. Ho Chi Minh fez isso no Vietname. Escrevia cartas premiando o esforço colectivo das pessoas que se estavam alfabetizando.

Para finalizar: tenho a impressão que este assunto jamais poderia ser esgotado aqui. A Comissão Nacional de Alfabetização, a Comissão Coordenadora, o Departamento do Comissariado da Educação, devem continuar a pensar este problema. Já que estão tentando e começando a executar modificações radicais no sistema educacional, devem pensar como superar a questão do diploma. A temática deveria continuar e ser aprofundada. Sobretudo nas campanhas de alfabetização, de pós-alfabetização. Confrontando esse passado ideológico que paira no ar e que explica essa loucura do diploma, principalmente nas áreas rurais.

Júlio de Carvalho na URSS

O Comissário Político Nacional das FARP e presidente da Associação de Amizade Guiné-Bissau-URSS, Júlio de Carvalho, partiu na quinta-feira passada para a União Soviética. Em Moscovo assistirá às comemorações do aniversário da Revolução de Outubro de 1917, a convite da Associação Soviética de Amizade com os povos.

Delegação da JACC em Accra

Seguiu no dia 5 para Accra, capital do Ghana uma delegação da JAAC constituída pelos camaradas Joaquim Embaló e Manuel Barcelos (Manecas), para assistir a um importante «meeting» de apoio à luta dos povos da África Austral, que se realiza no fim de semana, e ainda participar na reunião do Comité Executivo da União Internacional de Estudantes que se realiza de 8 a 12 do corrente na mesma cidade.

Calendário escolar

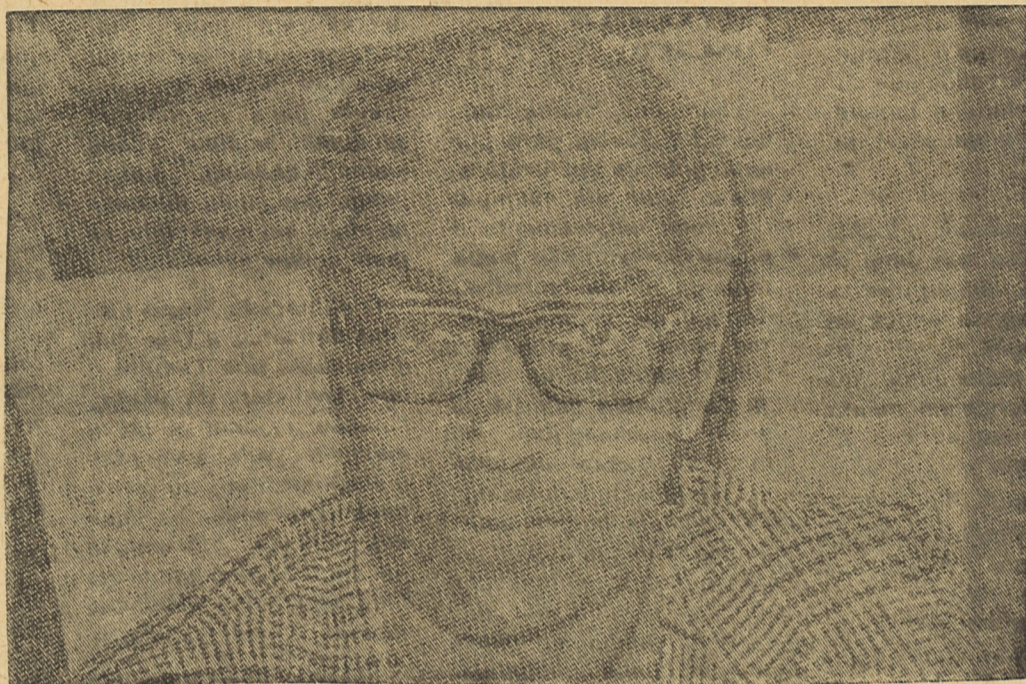
No calendário para o ano escolar de 1976/77 publicado pelo jornal na edição de 30 de Outubro saíram trocadas duas datas do terceiro período, de 2 de Junho a 20 de Agosto: as aulas deverão ir até o dia 9 de Julho e não até o dia 30 desse mesmo mês, com um total de 33 dias de aulas. As provas periódicas serão realizadas de 11 a 16 de Julho e não de 11 a 16 de Agosto.

Clube de Bafatá

O Comité de Estado da Região de Bafatá resolveu passar a controlar o Futebol Clube de Bafatá devido a má gestão dos bens e interesses do clube por parte da direcção. O camarada Braima Camará, do Conselho Superior de Luta do Partido e Presidente do Comité da Região, realizou diversas reuniões com os integrantes da direcção cessante, com membros das FARP, atletas, dirigentes que compõem a nova direcção e com a Comissão de Inquérito.

VIII Congresso do Partido Comunista Português PAIGC-P.C.P.: uma luta comum

O PAIGC será representado no Oitavo Congresso do Partido Comunista Português a realizar em Lisboa de 11 a 14 deste mês, pelo camarada Vasco Cabral, membro do Comité Executivo da Luta do Partido e Comissário de Estado do Desenvolvimento e Planificação Económica.



«Há sólidos laços que nos ligam ao Partido Comunista Português, baseados numa luta comum que durante longos anos já vínhamos travando em conjunto contra o colonialismo e o fascismo. Este partido sempre compreendeu os desejos dos povos africanos de se libertarem do jugo colonialista e deu todo o apoio à organização clandestina em que

estávamos empenhados no que respeita à luta contra o colonialismo português, pela independência». Afirmou o camarada Vasco Cabral, antes da sua partida para Lisboa, no sábado passado, dia 6 de Novembro.

«Muitos dos militantes do Partido Comunista fizeram aqui, na ocasião do 20.º aniversário do nosso Partido, uma contribuição bastante

positiva, além dos cooperantes que têm vindo no campo da educação e na saúde. Portanto, vamos participar no Congresso do Partido Comunista, assim como uma delegação nossa já participou recentemente no Congresso do Partido Socialista, que é a outra força antifascista que havia nos tempos da ditadura de Salazar-Marcelo Caetano».

CARTA DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL

«Vimos pela presente rogar aos camaradas, dentro da Lei vigente de Imprensa, que seja publicada, a carta resposta, que mereceu, por parte da nossa «Federação Nacional de Futebol», à sua congénere Portuguesa, sobre o assunto desportivo, quanto à ida de jogadores de futebol para Portugal, incerto no vosso jornal n.º 221 de uma quinta-feira datada de 2 de Setembro de 1976.

1. Temos a honra de acusar a recepção dos officios n.ºs 2/54/6792, 2/54/6949 e 2/54/7279 enviados por V. Ex.ª com o objectivo de se informar se existe algum inconveniente na inscrição respectiva, dos jogadores Júlio Mendonça, Domingos Cá e Mário Morato Indei, num clube português.

2. Agradecemos sinceramente a consulta feita que se enquadra dentro do espírito de amizade e cooperação que existe entre os povos da Guiné-Bissau e de Portugal.

3. Relativamente ao senhor Júlio Mendonça que se encontra a estudar em Lisboa e não está vinculado a nenhum clube gui-

neense e pretende representar o Grupo Desportivo de Queluz, não vemos qualquer inconveniente, pois o desporto deve ser um dos elos da cadeia da formação do Homem e não existe qualquer contradição com o princípio definido pelo Governo da Guiné-Bissau de não impedir a saída livre de qualquer cidadão e de procurar salvaguardar apenas o interesse dos seus filhos, para o seu próprio bem-estar.

4. No que concerne a Domingos Cá e Mário Morato Indei a Federação de Futebol da Guiné, como princípio, deseja que se estabeleçam contactos quer a nível dos clubes interessados, quer a da Federação

para transferência de qualquer jogador guineense, evitando processos ilegais e subterfúgios que não dignificam o Homem e o Desporto.

5. Neste contexto, para que os atletas referidos no ponto 4 possam legalmente representar os clubes interessados solicitamos que esses clubes entrem em contacto com os nossos filiados, com o fim de regularizar todos os pormenores de transferência antes do nosso beneplácito para a actuação nas suas cores, mantendo-se assim, a boa compreensão e colaboração que existe e existirá entre as nossas federações».

ANUNCIO

Ligações aéreas Bissau-Praia

Os Transportes Aéreos da Guiné-Bissau do Comissaria-

do de Estado de Comunicações e Transportes, avisa que, com início no passado dia 2 do corrente mês, as ligações aéreas Bissau/Praia/Bissau Praia/Bissau/Praia, em carreiras regulares dos TAGB e

dos TACV passam a ser realizadas às terças-feiras, e não às quartas-feiras, mantendo-se, porém, a mesma hora de partidas. Os TACV realizarão a referida carreira na última terça-feira de cada mês.

NO PINTCHA

Trisemanário de Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728, — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «Nô PINTCHA» — Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.
AMANHÃ — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA: 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS: — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Algérie 3775/7.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

QUINTA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:

5 h. 55 min. — Abertura
6 h. — Canções da nossa terra
6 h. 10 min. — Programa Balanta
7 h. — Noticiário/Português e Crioulo
— Actualidades Sonoras (repetição)
8 h. — Encerramento:
— Segundo período de emissão
11 h. 55 min. — Abertura
12 h. — Canções em Beafada
12 h. 20 min. — Selecção musical
13 h. — Música crioula
13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Crioulo
13 h. 30 min. — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra (crioulo)
13 h. 45 min. — Prevenção Rodoviária/Português
15 h. — Encerramento:
— Terceiro período de emissão
16 h. 55 min. — Abertura
17 h. — Noticiário/Português Crioulo e Línguas
18 h. 45 min. — Agenda do dia
19 h. — Programa (Dus Curpo um Corçon)
20 h. — Noticiário/Português e Crioulo
20 h. 30 min. — Protesto
21 h. — Catavento
23 h. — Tempos Novos
24 h. — Encerramento.

SEXTA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:

5h. 55min. — Abertura da Estação;
6 h. — Canções da nossa terra
6 h. 10 min. — Programa em Mancanhe
7 h. — Noticiário/Português e Crioulo
— Actualidades Sonoras (repetição)
8 h. — Fecho da Estação:
— Segundo período de emissão
11 h. 55 min. — Abertura
12 h. — Canções em Nalá
12 h. 20 min. — Selecção musical
13 h. — Música crioula
13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Crioulo
13 h. 30 min. — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra (crioulo)
13 h. 45 min. — Ligação à Mesquita
14 h. — Educação Sanitária
15 h. — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16 h. 55 min. — Abertura
17 h. — Noticiário/Português Crioulo e Línguas
18 h. — Anòs e nô Saúdi
18 h. 45 min. — Agenda do dia
19 h. — Divergência
20 h. — Noticiário/Português e Crioulo
20 h. 30 min. — Prevenção Rodoviária (Português)
21 h. — Actualidades Sonoras
22 h. — Na mundo di disporto
23 h. — Tempos Novos
24 h. — Encerramento.

CINEMA

HOJE — Às 18h 30min «O provinciano», com Gianni Morandi e Maria Gravia Duccella — m/10 anos. Às 20h 45min. «Lucky e Luciano», realização de Jean Marie Volonté com Francesco Rossi e Rod Steiger — m/18 anos.

AMANHÃ — Às 20h 45min «Lucky e Luciano» — m/18 anos.

PRESIDENTE LUIZ CABRAL, NO REGRESSO DE LOME:

”A Cedeao constitui um passo solido para a Unidade Africana”

O Presidente da República da Guiné-Bissau, camarada Luiz Cabral, regressou no sábado passado ao país...

Os chefes de Estado de 15 países da África Ocidental assinaram os últimos textos institucionais relativos a cinco protocolos anexos ao tratado constitutivo da Cedeao...

Foi indicada a Costa do Marfim com a responsabilidade de secretário-geral da CEDEAO e a Libéria com a de director-geral do fundo de compensação...

Os 15 Estados da CEDEAO, são: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Ghana, Togo, Benin, Nigéria, Níger, Alto-Volta e Mali...

RESULTADOS

O Presidente Luiz Cabral fez o balanço da reunião e analisou a sua importância momentos depois da sua chegada ao aeropoto de Bissalanca...

na luta contra o colonialismo português, foi um passo grande dado neste sentido. Hoje, os dois estados são dirigidos por um único Partido, o PAIGC.

«Podemos dizer que em Lomé foi dado mais um passo de extrema importância na realização deste objectivo de todos os povos africanos, que também é o objectivo do nosso Partido».

«Os resultados foram tudo aquilo que esperávamos dessa reunião. Fizemos entender a muita gente que duvidava de nós, de que somos capazes de chegar a um acordo para a criação de um organismo de cooperação deste género».

«É uma organização que reúne 15 países independentes com níveis de desenvolvimento diferentes mas com o desejo de progredir, com uma população superior a 130 milhões de habitantes».

Portanto, com esta integração progressiva que fazemos e a solidariedade que vai ser criada procuramos países mais pobres, a CEDEAO constituirá, seguramente, um passo sólido que damos em busca da Unidade Africana...

«Os países ficaram limitados até agora a um certo domínio de desenvolvimento. Vimos que se têm feito realizações de pouco rendimento económico em todos os países, enquanto que num âmbito mais largo como este mercado de mais de 130 milhões de pessoas, vai ser possível a planificação harmoniosa».

«É um caminho longo, como já disse, mas em que todos estamos certos que é decisivo, porque presenciamos a deteriorações nas relações entre ricos e po-»

bras do mundo. Os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O preço dos nossos produtos são reduzidos cada vez mais à medida que aumentam os preços dos produtos industrializados que importamos...

CONTACTOS

De acordo com o camarada Luiz Cabral, os esquemas de exportação de produtos por cada país estão enumerados no tratado, mas são problemas técnicos a serem estudados por peritos do Secretariado Executivo da CEDEAO que funcionará em Lagos...

Luiz Cabral teve a oportunidade de estabelecer contactos com os Chefes de Estado presentes, particularmente os presidentes togolês, general Gnassingbe Eyadema, e Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim...

«Tive bastante prazer em constatar que Togo é um país em pleno desenvolvimento, com um partido de militantes com bastante entusiasmo».

ras na luta que actualmente travamos no contexto africano. Duma maneira geral, os contactos mantidos com diferentes chefes de Estado, visam a criação de laços de amizade e troca de pontos de vista entre diferentes responsáveis africanos...

O Presidente Luiz Cabral voltou num avião presidencial togolês chefiando uma delegação composta pelos camaradas Victor Saúde Maria, do CEL do Partido e Comissário dos Negócios Estrangeiros, Tino Lima Gomes, Comissário das Obras Públicas, Construções e Urbanismo, António Cabral, do Banco Nacional, Bacar Cassamá, do Conselho Superior da Luta e Chefe da Casa Civil de Presidência...

A comitiva foi recebida no aeroporto por uma delegação do Partido e do Estado, chefiada pelo camarada Francisco Mendes, membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo de Luta do Partido e Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado.

BOUMEDIENE — O Presidente da República Argelina, que será eleito em Janeiro próximo por sufrágio universal directo e secreto da maioria absoluta de inscritos para um mandato de seis anos, é chamado a tornar-se o chefe da FLN (Partido único), chefe supremo das Forças Armadas e presidente do Conselho de ministros...

ANGOLA — Conforme o acordo estabelecido, o contra-torpedeiro soviético «Bravy» efectuará de 9 a 12 de Novembro uma visita oficial de amizade no porto de Luanda capital da República Popular de Angola...

ONU — Depois de uma longa e frutuosa discussão, na qual participaram numerosas delegações representando os países de todos os continentes, a Assembleia Geral da ONU votou uma moção sobre uma importante questão posta pela União Soviética: a conclusão do tratado mundial sobre o não-recorso à força nas relações internacionais...

COMBATES — Beirute conheceu uma nova noite quente entre 2.ª-feira à noite e terça de manhã. 24 horas depois do apelo do Presidente Elias Sarkis aos combatentes para que cessassem de fazer correr sangue, e facilitassem a missão da força árabe de dissuação, os beligerantes continuavam a bombardear-se e metralhar-se de um sector a outro da capital libanesa...

PRESIDENTES DOS COMITÉS DOS SECTORES DE BISSAU REUNEM

Realizou-se na sexta-feira passada uma reunião na sede do Comité de Estado da região de Bissau, com os presidentes dos Comitês dos sectores de Bissau, Biombo, Safim e Prábis. A reunião foi presidida pelo camarada Paulo Correia, membro do Comité Executivo de Luta do Partido e Presidente do Comité de Estado da região de Bissau...

No plano da saúde foi discutido o funcionamento dos postos sanitários de todos os sectores, estado de conservação e necessidade do seu aumento e maternidades, o abastecimento de medicamentos e tipos de doenças predominantes nessas zonas. Sobre a agricultura, falou-se do aproveitamento das bolanhas, do aumento ou não da produção deste ano e influências negativas de pragas. Discutiu-se ainda a possibilidade de mecanização do trabalho agrícola...

lidade de mecanização do trabalho agrícola. A diversificação das culturas, a quantidade e qualidade das propriedades privadas existentes nesses sectores, a situação do trabalhadores das propriedades privadas e criação de celeiros para a conservação das sementes, também foram abordados.

Ainda quanto a agricultura, discutiu-se o problema de cortes da madeira, queima do carvão que está a ser feita

nos sectores, sem o conhecimento das autoridades competentes. Neste sentido ainda o camarada Paulo Correia apresentou uma proposta para se estudar a possibilidade de fazer uma mobilização dos responsáveis de todos os domínios para uma jornada de trabalho voluntário de corte e preparação de carvão para ajudar os nossos irmãos em Cabo Verde.

Sobre o comércio e artesanato os presidentes discutiu-

se a origem da especulação praticada por pequenos comerciantes, a quantidade dos armazéns do povo existentes em cada sector, o abastecimento de géneros. Fizeram-se propostas de criação de mercados populares em cada sector de sector e falou-se da possibilidade futura para centros de conservação dos artigos de artesanato e agrupamentos de artesãos. No domínio dos serviços administrativos expôs-se o estado das secretarias de cada sector, a necessidade do melhoramento ou ampliação da sede dos sectores. Deram-se informações sobre os trabalhadores da função pública. Os presidentes dos sectores

falaram das dificuldades na execução dos serviços administrativos, o pagamento dos impostos de reconstrução nacional e a possibilidade de controle eficaz da população em cada secção.

Discutiu-se também a necessidade do melhoramento de vias de comunicação. Como ajuda ao Comissariado das Obras Públicas e Construção, em nome da população, os presidentes reunidos sugerem fazer trabalhos voluntários para abertura de estradas que liguem todas as secções e tabancas para permitir a locomoção da população e evacuação dos doentes de emergência.